

Câmara dos Compadres: Relações familiares na Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853-1889)¹

Patrícia Falco Genovez ²

Abstract:

The article addresses the most pertinent issues relating to the dialogue between political history and the history of the family. It analyzes the origins of the families that dominated local politics since the granting of land allotments. From this data emerge the diverse kinship relationships of these families, the way they were integrated on the municipal chamber of Juiz de Fora between 1853 and 1889 and their significance in the establishment of power networks in the region surrounding the city.

Keywords: Juiz de Fora, kinship relations.

Resumo

O artigo procura abordar as questões mais pertinentes em relação ao diálogo existente entre a história política e a história da família. Procura analisar a origem das famílias que dominaram a política local a partir da doação de sesmarias. Neste sentido, ressalta as diversas relações familiares e as várias famílias que integraram a Câmara Municipal da cidade de Juiz de Fora no período de 1853 a 1889 e o seu significado no estabelecimento das redes de poder da região circunvizinha à cidade.

Palavras-chave: Juiz de Fora, Relações de Parentesco.

¹ Este artigo é um resumo do capítulo dois da segunda parte de nossa dissertação de mestrado. Ver GENOVEZ, Patrícia Falco. *As Malhas do Poder: as elites de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*, Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 1996.

² Professora substituta do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Inicialmente, consideramos importante ressaltar que, a perspectiva de apreciar as relações familiares dentro da política se faz a partir da possibilidade de diálogo entre as histórias política e da família. Um diálogo que acreditamos ser bastante frutífero, se tomarmos, por base, que a política tem que ser compreendida como uma atividade de grupo. Um diálogo que se torna ainda mais necessário quando o olhar histórico se lança sobre a segunda metade do século XIX, sob a perspectiva da política local praticada pelos senhores de terra e de homens, tão característica no Brasil imperial.

Os vereadores eram considerados os *notáveis* locais, os *homens bons*, capazes de representar a sociedade, de legislar e defender os interesses da localidade, o que, muitas vezes, significou a defesa dos interesses do grupo a que estavam ligados. Eram barões, comendadores, grandes fazendeiros de café, lavradores de alimentos, comerciantes, médicos ou advogados em sua maioria.³ Contudo, no caso específico de Juiz de Fora, não foram todos os representantes desses segmentos sociais mencionados acima que chegaram até à Câmara. É neste ponto que somos obrigados a pensar que, para além do círculo político e do poder exercido através do Estado, houve a atuação de outros círculos de poder como o familiar, do qual trataremos neste artigo, o econômico e o de sociabilidade. Círculos que permitiram àqueles que não conseguiram um lugar na política, fazer valer seus interesses.

Assim, buscaremos recompor as principais relações familiares existentes entre os vereadores partindo da primeira Câmara, em 1853, até a Proclamação da República, no ano de 1889. Este esforço se encontra respaldado em vários debates historiográficos desenvolvidos nas últimas décadas sobre a história da família que se vê hoje, numa posição teórico-metodológica um tanto quanto especial. Um debate teórico que não iremos desenvolver ao longo deste artigo uma vez que, nosso objetivo central é mostrar os resultados práticos do diálogo entre a história política e a história da família no contexto da Câmara Municipal de Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX.

Contudo, recentemente, a história da família, numa perspectiva social, tem apresentado novas possibilidades de pesquisas, reavaliando algu-

³ Os levantamentos sobre as profissões existentes na Câmara Municipal no período de 1853 a 1889 foram feitos a partir do Almanak de Profissões de 1870, ver Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Série 53. A Câmara era composta por fazendeiros de café e lavradores de alimentos com 47,9%, pela Guarda Nacional com 43,1%, por profissionais liberais com 34,7%, por capitalistas com 7,1% e por negociantes com 5,9%. É importante ressaltar que os lavradores de mantimentos aparecem como uma categoria profissional no próprio Almanak de Profissões de 1870. Sobre a Câmara Municipal de Vereadores de Juiz de Fora ver GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit.

mas posições referentes à família escrava, levando-nos a novas questões.⁴ É justamente aproveitando o espaço da história da família que procuraremos expor as relações de parentesco na Câmara Municipal de Juiz de Fora. Pensando a família como mais círculo de exercício de poder a nível local.⁵ Antes, faz-se importante contextualizarmos as redes familiares tratadas neste artigo. No Brasil imperial da segunda metade do século XIX, as famílias, de maior destaque na política da Câmara de Vereadores da cidade de Juiz de Fora, estavam vinculadas ao café ou à cultura de alimentos voltada para o comércio. Características básicas da região sul da Zona da Mata Mineira que, através de tais atividades, proporcionavam uma certa acumulação de riqueza garantindo não apenas uma relevância econômica na região mas, também, um certo *status* perante a sociedade circunvizinha à Juiz de Fora. Um *status* que se fazia presente no desenvolvimento sócio-cultural da cidade através dos teatros, dos hotéis, dos ricos sobrados, dos colégios e de construções inovadoras, como por exemplo, a rodovia União e Indústria, a primeira estrada macadamizada do país, ligando o interior mineiro à Corte. Aspectos que demonstram o desenvolvimento da cidade fortalecendo, ainda mais, sua posição como pólo comercial e, até certo ponto, cultural da região.

Assunto de família

Sabemos, perfeitamente, que os estudos feitos hoje sobre a história da família estão mais relacionados às análises de constituição de famílias escravas, da viabilidade da existência dessas famílias dentro das senzalas, da possibilidade de pequena produção agrícola que essas permitiam. Mas entendemos que a mesma perspectiva também pode ser revertida para o outro lado da moeda: enxergar também as famílias dominantes e sua atuação junto à Câmara de Vereadores. Aliás, uma visão já bastante trabalhada pela história política. A documentação utilizada para alcançar tal fim foram os testamentos, os inventários de bens e partilhas, além de livros de genealogia e alguns registros de doação de sesmarias.

4 Idem. op. cit., p. 18. Ver também os trabalhos de: CASTRO, Hebe M. Matos de. *A cor inexistente*, Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 1993; Trabalho, Família e Escravidão em *Estudos da Escravidão*, n.2, Niterói, Cadernos do ICHF, n.23, UFF, 1990. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995; FARIA, Sheila Siqueira de C. *Escravidão e relações familiares no Rio de Janeiro, A colônia em movimento*, Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 1993; SLENES, Robert. Escravidão e família. In: *Estudos Econômicos*, 17:2, (maio/agosto), 1987; Lares negros, olhares brancos. In: *Escravidão. Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH-Marco Zero, vol. 8, n. 16, 1988; *Na senzala uma flor*. Texto apresentado no V Encontro Regional de História da ANPUH, 1992, obra na qual o autor utiliza relatos de viajantes permitindo uma nova perspectiva com relação ao cotidiano do cativo.

5 Um trabalho semelhante foi desenvolvido por MATTOSO, K. *Bahia século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. A autora trabalha relações parentais tanto a nível municipal quanto a nível estadual em Salvador. p. 261-192.

Inicialmente, fazem-se necessárias algumas referências ao surgimento da cidade para compreendermos o aparecimento de alguns troncos familiares que despontaram entre os demais na disputa pelo poder local. O pequeno povoado (hoje Juiz de Fora) nasceu com o Caminho Novo aberto por Garcia Rodrigues Paes, a quem foram concedidas quatro sesmarias, e Domingos Rodrigues; uma picada que ia da Borda do Campo até a Raiz da Serra. A construção do Caminho Novo diminuiu, em muito o trânsito de pessoas nos núcleos localizados nos limites paulistas que passaram a constituir o Caminho Velho.⁶ As primeiras concessões de sesmarias na região foram para José Vidal Barbosa Lage, em 1781, possuidor de "(...)avultada fábrica de escravos sem ter terras em que os ocupe para o exercício da Agricultura (...)"⁷, e para Domingos Vidal Lage, em 1784.

Mais tarde, foram concedidas sesmarias para Antônio Diaz Tostes, para o capitão Manuel do Valle Amado e para Nicolao Antônio Nogueira Valle de Mello e Gama. O grande possuidor de sesmarias foi, sem dúvida, o incondidente José Ayres Gomes, que alcançou um número superior a quarenta nas *Geraes*, imensidão de terras que ia da Mantiqueira até o Paraibuna. Todas as sesmarias foram concedidas com o firme propósito de dar continuidade a lavoura de subsistência já existente e servir de paragem para os viajantes.⁸

Antes da emancipação da então vila de Santo Antônio do Paraibuna, em 1836, o Governo da Província contratou o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld para a abertura de um caminho que fosse de Vila Rica a Paraibuna. O caminho, construído numa várzea, acabou atraíndo os moradores já instalados nos locais mais afastados. Toda a área pertencia aos treze filhos do proprietário da fazenda do Juiz de Fora, o tenente Antônio Dias Tostes.⁹ Alguns dos herdeiros dos Tostes doaram terras para iniciarem um povoamento, sabendo que

(...) o valor de suas terras aumentava se nelas prosperasse um povoado; os habitantes do povoado dependiam totalmente dele, de seu amparo e engrossavam as fileiras de seus agregados; era ele [o senhor] a única autoridade e o único defensor local.¹⁰

6 FARIA, Sheila S. de C. Fortuna e família no Bananal no século XIX, In: CASTRO, H. *Resgate*. op. cit, p. 68.

7 ESTEVES, A. *Álbum do Município de Juiz de Fora, 1915*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial, 1915. p. 26 a 35.

8 Idem.

9 Segundo LESSA, J. *Juiz de Fora e seus pioneiros*. Juiz de Fora : UFJF/FUNALFA, 1985, p. 26. João de Oliveira vendeu, em 1713, uma légua de terras no Caminho Novo ao Dr. Luís Bustamante de Sá, detentor do cargo de juiz-de-fora no Rio de Janeiro. Em 1738, seu genro, o desembargador e juiz do fisco Roberto Carr Ribeiro vendeu a Fazenda do Juiz de Fora, como ficou conhecida, a Antônio Vidal, de origem luso-espanhola. Apenas em 1779 é que Antônio Dias Tostes, enriquecido com a mineração em São João Del Rei, comprou a Fazenda do Juiz de Fora. Na mesma época, seu filho de mesmo nome, comprou a Fazenda do Acaide.

10 QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo : Alfa-Omega, 1976. p. 39.

Essa função tutelar é vista por Oliveira Vianna como o fator de formação de clãs, uma vez que os mais fracos, pobres e desvalidos se colocavam à sombra do grande senhor patriarcal que, pelo seu prestígio e poder, podia defender todos das arbitrariedades e injustiças.¹¹ É a imagem do coronel “benfeitor”, “(...) quem lhe dá um trecho de terra para cultivar, é quem lhe fornece remédios, é quem o protege das arbitrariedades dos governos, é o seu intermediário junto às autoridades”.¹² Como se pode inferir das colocações de Victor Leal que trabalha a função tutelar dos coronéis desenvolvidas por Oliveira Viana.

Nesse sentido, acreditamos que a noção de clã, passa, diretamente, a se relacionar à família de formação patriarcal, seguindo os moldes de Gilberto Freyre.¹³ Para a autora americana, Linda Lewin, a noção de clã patriarcal não pode ser um sinônimo da organização familiar da elite no Brasil. A noção mais apropriada seria a da família extensa, uma vez que essa incluía uma ascendência e uma descendência bilateral, tanto materna quanto paterna. Os parentes colaterais eram incluídos no grupo através de rituais, de casamento ou de compadrio.¹⁴

Foi adotando tais parâmetros que o povoamento de Juiz de Fora foi progredindo e se estabelecendo. O engenheiro Henrique Halfeld, conforme o Quadro 1, acabou se fixando na cidade ao se casar, em segundas núpcias, com Cândida Maria Carlota, uma das filhas de Antônio Dias Tostes. Ligando-se à família de origem local, os Tostes, a casa de Halfeld tornou-se um ponto de encontro para a comunidade onde “(...)quase todas as noites se dirigiam em serenatas os moradores da banda da várzea.”¹⁵ Uma carta escrita por Halfeld ao seu filho e compadre Francisco nos permite observar a agregação que existia com famílias locais, incluindo futuros nomes que comporiam a Câmara Municipal. Pela carta, percebe-se que o batizado era motivo para agregação de várias famílias, que, no entanto, moravam aparentemente em casas separadas e em lugares distintos.

No dia 16 do corrente temos batizado o nosso Luiz, os musicos do arraial estiveram aqui, o Peixoto com sua família, Dona Rita com suas filhas e filhos, Manoel Dias com sua senhora, sogra, filha, e filhos, o Joaquim Pedro, o Queiroz com sua senhora, o padre José Manoel, o Manoel, mestre d' escola, o meu sogro com sua senhora e família; e o Mendes com sua senhora e filhos; o Peixoto sahi daqui ás 6 horas no dia 17 do corrente e minha senhora e Fina ficaram cansadíssimas... Teu affectionado pae e compadre Fernando Halfeld.¹⁶

11 VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. 7 ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1987. p. 142.

12 LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro : Forense, 1946. p. 25.

13 FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1987. p. 3-53, 188-281.

14 Ver LEWIN, Linda. *Politics and parentela in Paraíba*. Princeton, Princeton University Press, 1987. p.131.

15 ESTEVES, A. op. cit., p. 53.

16 Ibidem. Os nomes em negrito indicam futuros vereadores.

A carta confirma o domínio da família Tostes, da qual Halfeld passou a fazer parte. Um domínio não apenas sobre grande extensão de terras, também, sobre grande quantidade de gente. Tal fato se torna ainda mais visível, se acompanharmos a trajetória política dos Tostes e dos Halfeld na Câmara Municipal que se instalou em 1853.

O casamento, nesse caso, foi um fator essencial para a aceitação do engenheiro Henrique Halfeld, não apenas permitindo seu enraizamento na cidade, como abrindo-lhe as portas da política local. No caso de uma eleição para Câmara Municipal de Vereadores

(...)somente os "homens bons" podiam dela participar; um forasteiro, um indivíduo que não se encontrasse integrado como parente ou agregado num sistema familiar (...); vivia à parte, desajustado e sem direito a coisa alguma.¹⁷

O acesso do Comendador Henrique Halfeld, à vida política local permitiu, também, a eleição de vários de seus filhos tanto do primeiro como do segundo matrimônio à Câmara Municipal, como sabemos: Pedro Maria Halfeld, Antônio Amálio Halfeld e Bernardo Mariano Halfeld. Além dos filhos, a escolha dos genros e noras complementou o acesso à política local e aumentou as posses da família com casamentos endogâmicos e alianças matrimoniais com sobrenomes de peso na localidade.

Com uma família numerosa, oito filhos no primeiro matrimônio, sete no segundo e um no terceiro, foi possível realizar uniões que colaborassem para manter resguardada uma parte do patrimônio e da herança dentro da própria família e, ao mesmo tempo, realizar uniões com a política local.

Casar bem a si próprio e as seus filhos constituía-se num dos pontos fundamentais do ciclo de vida familiar. Estabeleciam-se, com tais alianças, reciprocidades que alicerçavam o poder das famílias da região, em particular as mais ricas.¹⁸

Foram quatro casamentos endógenos e quatro exógenos, com famílias que chegaram a ocupar a vereança. É evidente que os nomes de genros e noras ligadas à política vão aparecendo ao longo do período delimitado para o estudo (1853-1889). Mas, a escolha destas famílias ocorrera em virtude da influência que já exerciam.

A ligação matrimonial entre os Halfeld e os Resende, conforme Quadro 2, é outro bom exemplo de como as relações familiares abriam as portas para a política e, conseqüentemente, para o poder.¹⁹ Uma ligação que se estendeu à família Tostes através do primeiro casamento do coronel José

17 QUEIROZ, M. Isaura. op. cit., p. 45. Ver também VIANNA, Oliveira, op. cit., p. 135 e 136.

18 FARIA, S. op. cit., p. 85.

19 NEEDELL, J. São Paulo : Cia. das Letras, 1993. p.147. "A família Ribeiro de Resende, com origem na nobreza portuguesa (...), enriqueceu como proprietária de grandes áreas urbanas e rurais nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo grande prestígio na Corte. O patriarca, Marques de Valença, conquistou as graças do imperador(...)."

Ribeiro de Resende. É evidente o fortalecimento político do coronel uma vez que vários primos da primeira esposa foram vereadores. Além dos primos da esposa, o coronel Rezende tinha mais três primos na Câmara: Domiciano Alves Garcia; José Antônio da Silva Pinto, seu cunhado; e, Joaquim Fernandes de Miranda. Um dos filhos do coronel Rezende, Geraldo Augusto de Rezende, também foi vereador. Seu segundo casamento abriu ainda mais o leque de ligações familiares e políticas. A segunda esposa do Coronel, Camilla Ferreira, era prima-irmã do Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage; outros dois primos de Camilla também foram vereadores: Domingos Antônio Lage e Francisco de Assis Mendes Ferreira.²⁰

Outra família que podemos destacar é a de José Ayres Gomes, conforme Quadro 3, participante ativo da Conjuração Mineira. Seus netos deram continuidade ao poderio e respeito alcançados pelo avô. E, ao que parece, o fato de José Ayres ter participado de um ato contra a Coroa, em 1842, fez com que seus descendentes e as famílias com as quais se ligaram por laços matrimoniais não tivessem problemas quanto a política local. É bem verdade que os netos não carregaram o estilo do avô e das Geraes do século XVIII muito bem caracterizado pelo ditado popular da época: “quem respira, conspira”. Preferiram conquistar certas liberdades políticas e administrativas por outros meios que não os revolucionários.²¹

Dos vários netos de José Ayres, três nos chamam a atenção. Uma de suas netas, Maria Carlota se casou com Manoel Vidal, cujos parentes haviam recebido concessões de sesmarias na localidade. A irmã de Maria Carlota, Constança Duarte Lima deu origem aos descendentes das famílias Penido, Miranda Ribeiro, Lima Duarte e Andradas. Novamente, podemos verificar a ocorrência de casamentos dentro do próprio círculo familiar.

Através do Quadro 3 podemos perceber a importância do enlace entre os Vidal Barboza Lage e os Monteiro mais uma vez reforçando o mando político local através do casamento das irmãs Carlota e Constança com o Dr. Romualdo. A família dos Monteiro de Miranda Ribeiro eram primos dos Barros, dos Monteiro da Silva e dos Monteiro de Barros, cuja característica essencial foi os casamentos em sua grande maioria fechados dentro deste círculo.²² Na Câmara de Vereadores Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro teve sete parentes: Germano Antônio Monteiro da Silva, Matheus Herculano Monteiro da Silva, casado com uma prima da família Barros, José Joaquim Monteiro da Silva, José Bernardino de Barros, Gabriel Horácio de Barros, Felicíssimo Gomes Pinto Monteiro e Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros.²³

20 As referências genealógicas foram obtidas em: Jornal *Folha Mineira* (16/08/1956). BASTOS, Wilson de L. Um cidadão juizforano. Coronel José Ribeiro de Rezende (Barão de Juiz de Fora). BASTOS, W. de L. *Engenheiro Henrique Halfeld*. Juiz de Fora : Esdeva, 1975.

21 RIBEIRO, A. V. L. *Família Vidal Leite Ribeiro*. Rio de Janeiro : Editora Sul América, 1960.

A terceira irmã de Carlota se casou com o doutor João Nogueira Penido, vereador em 1857, 1861, 1877 e 1881, com quem teve onze filhos.²⁴ Nesta família, a incidência de casamentos endogâmicos foi menor, apenas uma das filhas, a mais nova, se casou com o sobrinho. Os demais casamentos se deram com famílias influentes da região. Dois filhos do casal, Feliciano Duarte Penido e Antônio Duarte Penido se casaram com famílias nobres. Feliciano se casou com uma das filhas do Barão de Vasouras, da família Cerqueira Leite, a qual tinha dois representantes na Câmara de Vereadores: Pedro Alcântara de Cerqueira Leite e João Marciano de Cerqueira Leite. Antônio se casou com uma das filhas do Barão de Itaípe.²⁵ Outros dois filhos tiveram como sogros dois vereadores, Francisco Ribeiro de Assis e Domingos Nery Ribeiro.²⁶

Outro neto de José Ayres Gomes, o incinfidente supracitado, o Comendador Francisco de Paula Lima, conforme o Quadro 4, nos apresenta a mesma estratégia das demais famílias para reforçar o poder político local na Câmara Municipal. Houve também dois casamentos endógenos que contribuíram para garantir o poder econômico da família. Além de ligações com famílias nobres como as do Barão de Santa Justa e do Visconde de Ouro Preto.²⁷

Um terceiro exemplo quanto a formação de famílias extensas a partir de doação de sesmarias ao longo do Caminho Novo é Manoel do Valle Amado, que já se encontrava na localidade bem antes dos demais proprietários. Encontramos pouca documentação sobre sua genealogia. Atra-

22 Nesse sentido, podemos comparar com o trabalho da pesquisadora KUSNESOFF, E. *Household Economy and Urban Development*. USA, Westview Press, Deplain Latin American Studies, number 18, 1986. A autora aponta para a ocorrência dos casamentos endogâmicos e dos relacionamentos de compadrio com os inúmeros pedidos de dispensa em São Paulo nos séculos XVII e XVIII. Os pedidos de licença existiam em função da proibição de casamentos entre parentes até a terceira geração e servem como um indicador que esses casamentos aconteciam apesar das proibições como um recurso para reforçar as relações estabelecidas numa localidade, tanto entre parentes consanguíneo quanto entre compadres, atuando como um amálgama entre o parentesco de sangue e a vizinhança. p. 40.

23 BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo : s/ed, 1956.

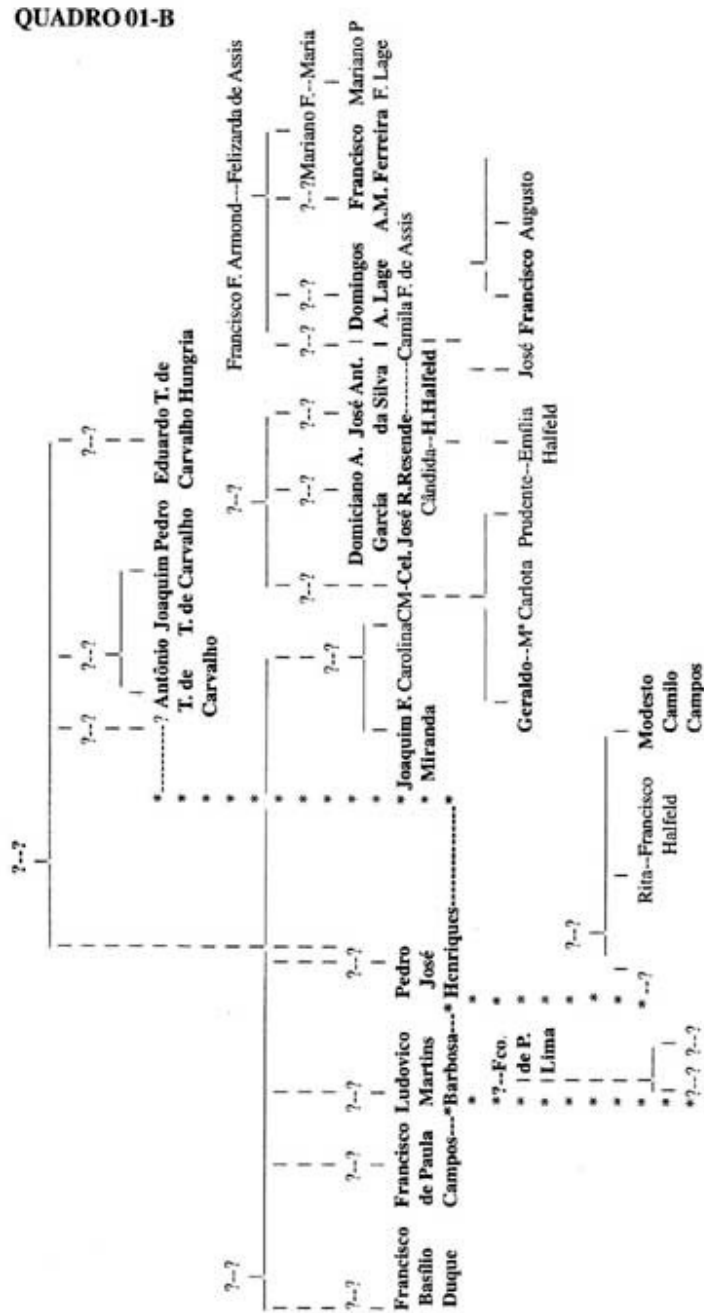
24 O casamento entre o Doutor Penido e Maria Cândida Duarte foi favorecido pelo seu relacionamento do tempo de escola. Doutor Penido estudou com José Rodrigues de Lima Duarte, Feliciano Duarte Filho e Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro, os dois primeiros se tornaram mais tarde seus cunhados e o terceiro cunhado de Maria Cândida, irmã de sua esposa. Ver SILVA, José Bonifácio de A. *Os Penidos de Juiz de Fora*. Juiz de Fora : Cia. Dias Cardoso, 1945. p. 11. Sobre a importância dos laços de sociabilidade, favorecendo casamentos e abrindo portas na política ver MATTOSO, K. op. cit., p. 280.

25 Sobre titulares do Império ver RHEINGANTZ, C. G. *Titulares do Império*. Rio de Janeiro : Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1960.

26 SILVA, B. op. cit.

27 ESTEVES, A. op. cit., p. 35-36. Outra fonte de consulta foi o inventário do Comendador de Paula Lima, sob a forma tutelar, em razão dos filhos menores. Arquivo do Primeiro Ofício Cível, processo de inventário número 315 A 18.

QUADRO 01-B



FONTE: RIBEIRO, A.V.L. Família Vidal Leite Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Sul América, 1960.

vés do inventário do seu genro, Pedro Âlcantara de Cerqueira Leite, Barão de São João Nepomuceno, foi possível identificar apenas um casamento endógeno: o do Barão com a sobrinha, uma das filhas de Valle Amado.²⁸ Manuel do Valle Amado era português e se casou, em segundas núpcias, com Maria Córdula de Abreu e Melo, quarta neta de Fernão Dias Paes. Participou da fundação de Barbacena e foi coronel do Regimento Auxiliar do Rio das Mortes, quando tinha, sob o seu comando, toda a região de São Mateus, local onde possuía sua fazenda na região da então Vila de Santo Antônio do Paraibuna até próximo a São João Del Rei.²⁹

Nessa família, percebemos a importância do dote. Após o falecimento de Valle Amado, sua filha mais nova, Francisca, casada com Inácio Nogueira da Gama, comprou a fazenda São Mateus com o dote ganho no casamento, vindo a tornar-se, mais tarde, Baronesa de São Mateus.³⁰ Este ramo familiar reuniu os Valle Amado, os Cerqueira Leite e os Nogueira da Gama.

Quanto à influência política, o filho de Valle Amado, seu homônimo, foi vereador em 1857, assim como seu cunhado, o Barão de São João Nepomuceno vereador em 1881 que, mais tarde, chegou à presidência da província de Minas Gerais. Outros parentes do Barão também foram, como os suparcitados, vereadores. Dois netos de Valle Amado foram figuras proeminentes no Império, Nicolau Nogueira da Gama, Barão de Nogueira da Gama, foi mordomo da Casa Imperial (1868), o mais alto cargo da hierarquia do Paço e Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama conquistou o título de Conde de Baependi. O Visconde de Nogueira da Gama, quando ainda exercia o cargo de Camarista do Imperador, presidiu, também, o Cassino Fluminense, cujo acesso era considerado “(...)um título de sociabilidade.(...) Ali se formavam e se desfaziam amizades, se intrigavam políticas, se insaivam namoros e se assentavam casamentos.”³¹ Sua filha, se casou com o Conde de Penamacor.³²

Para uma melhor visualização dos dados acima expostos, podemos perceber através do gráfico de número 1 (um) as ligações dos membros da Câmara com as famílias mais antigas, levando-se em consideração também os suplentes. Computamos os vários níveis de parentesco: pai-filho, primos,

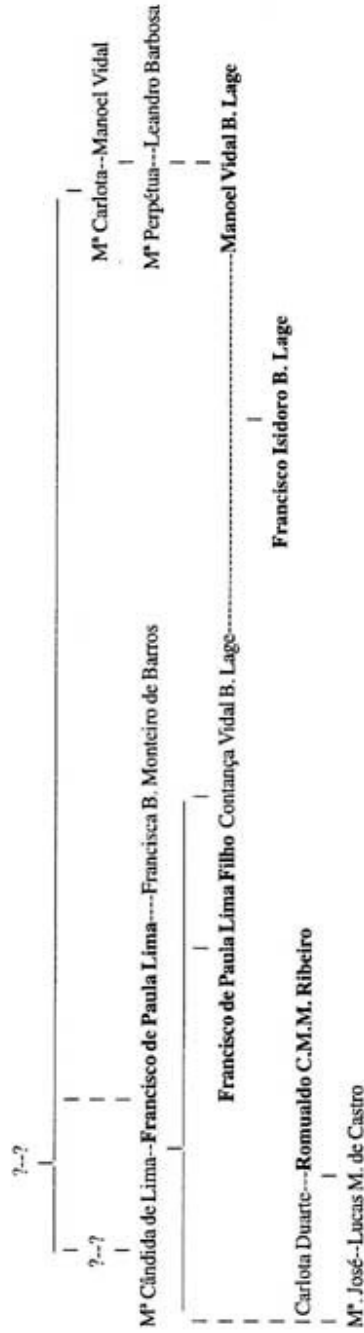
29 ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL, processo de inventário número 60 A 15.

30 CALMON, Pedro. *História de Minas e “Memórias” de Nogueira da Gama*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1985.

31 Idem. p. 33. Com relação a dotação de mulheres ver FARIA, S. Fortuna e Família no Bana-nal... In: CASTRO, Hebe de. op. cit., p. 82. O dote pode significar uma tentativa de incorporação de homens adultos na família. O que vem reforçar o papel importante da mulher nessa sociedade, haja visto os exemplos anotados acima com as várias estratégias de casamento entre os grupos Tostes, Vidal e Valle Amado. “A mulher, desta forma, tinha grande peso estratégico, na medida em que, através dela, alianças importantes poderiam ser realizadas.”

32 LYRA, H. *História de D. Pedro II (1825-1891)*. Nova edição, Belo Horizonte : Itatiaia, 1977. p. 31.

QUADRO 2-B

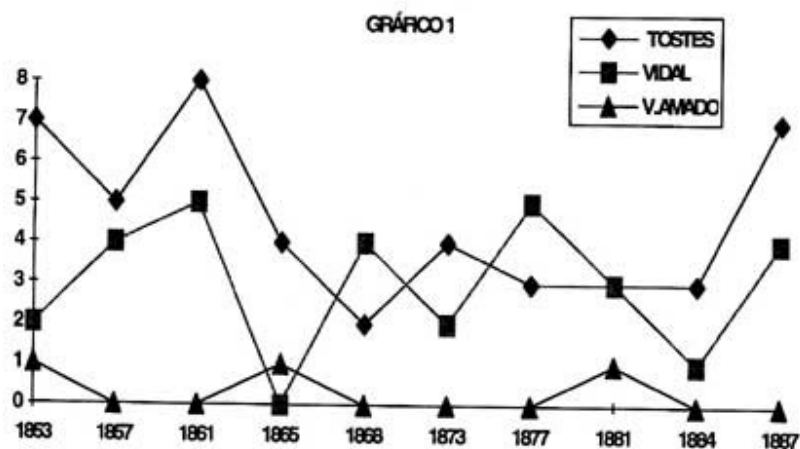


FONTE: BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo: s/ed., 1956.
 SILVA, José B. de A. *Os Penidos de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Cia. Dias Cardoso, 1945.

tio-sobrinho, esposo-esposa e os parentes que ambos acabaram tendo com o casamento. A família que detém o maior prestígio e poder político local é a família Tostes, cujos maiores picos de parentes na Câmara Municipal ocorreram nas eleições de 1853, 1861 e 1887. O que nos chama a atenção é a sua presença em todas as legislaturas.

Não fizemos exclusão dos nomes que se reelegeram. Se fizessemos uma listagem dos nomes de todos os vereadores, excluindo os nomes dos reeleitos, teríamos um total de 107 vereadores e 59 relações entre parentes na Câmara, o que iria perfazer um total de 54,62%, ao invés dos 46% caso levássemos em conta os 171 nomes que integraram a política local, consideradas as reeleições. Temos uma participação dos Vidal superior a dos Tostes apenas nos anos de 1868, depois de uma ausência absoluta na eleição anterior, em 1865. Nos demais anos permaneceu a supremacia dos Tostes. Quanto à participação dos Valle Amado, nos parece bastante tímida em relação às demais, apesar de sua participação numerosa nas eleições, conforme vemos adiante na Tabela 01. Aparecendo apenas em três momentos, na primeira Câmara, 1853, depois em 1865 e 1881, mantendo-se ausente na maioria das eleições.

GRÁFICO 1 - GRÁFICO DEMONSTRATIVO DAS PRINCIPAIS FAMÍLIAS QUE INTEGRARAM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, A PARTIR DE DOAÇÕES DE SESMARIAS (1853-1889)



FONTE: ESTEVES, A. op. cit., CALMON, P. op. cit., ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL: Processo número 60A15, SILVA, B. op. cit.

OBS.: Os dados relacionados nas coordenadas X (horizontal) e Y (vertical) correspondem respectivamente aos anos de cada legislatura na Câmara Municipal e o número de membros de cada família ocupando cargos de vereadores.

Outras relações entre parentes apareceram na Câmara, contudo não nos foi possível verificar, como nos três exemplos acima, sua ligação com a doação de sesmarias na localidade: eram irmãos o cônego José de Souza Roussin e o padre João Batista de Souza Roussin e, ainda, Belisário Nóbrega Ayrosa e Theóphilo Nóbrega Ayrosa. Foi-nos possível verificar o parentesco entre Joaquim de Almeida Póvoas e Josué Antônio de Queiroz, primos e cunhados. E até mesmo parentesco mais próximo entre José Caetano Rodrigues Horta e Antônio Caetano Oliveira Horta, pai e filho. Pudemos, também, encontrar duas relações de parentesco entre membros da Câmara e pessoas influentes ao nível político nacional, como é o caso de Luiz Gonçalves Penna, neto do Conselheiro Luiz Antônio Barboza, e ao nível municipal, o sobrinho do padre Tiago Mendes Ribeiro, João Mendes Ribeiro e seu filho, João Pedro Mendes Ribeiro, ambos advogados com bastante prestígio na localidade. Há outros exemplos de parentesco, com nomes influentes nas política provincial e nacional relacionados aos grupos Tostes, Vidal e Valle Amado, como é o caso dos deputados provinciais Marcelino de Assis Tostes, José Calmon Nogueira da Gama e, também, do presidente provincial Barão de São João Nepomuceno.

Mas esses dados são apenas indicativos das famílias que ocuparam efetivamente o poder municipal. Se comparármos com as listagens de apuração de eleições, conforme Tabela 01, teremos um panorama mais abrangente com espaço para outras famílias que lutaram pela vereança, embora nem sempre tivessem conseguido chegar à suplência, que fosse.

TABELA 01- Famílias que concorreram à vereança no período de 1856-1889

FAMÍLIAS NOMES (NÚMERO DA CLASSIFICAÇÃO NA ELEIÇÃO)	DATA 18..
BARROS	
FRANCISCO BERNARDINO DE BARROS (48)	56
JOAQUIM Q. DOS REIS BARROS (42)	61
CAPTÃO JOSÉ BERNARDINO DE BARROS (08, 55)	68, 73
GABRIEL ANTÔNIO DE BARROS (87)	73
JOAQUIM ILDEFONSO DE BARROS (39, 02)	81, 87
GABRIEL HORÁCIO DE BARROS (11)	87
CASTRO/CORREA	
JOSÉ CAETANO DE MORAES E CASTRO (23, 14, 22)	73, 76, 81
Dr. AGOSTINHO CORREA (33, 41, 14, 04)	73, 76, 81, 83*
Dr. JOSÉ CORREA E CASTRO (36, 22)	73, 76
JOÃO ANTÔNIO CORREA (81)	73
VICENTE JOSÉ DE SOUZA CASTRO (83)	73
BENJAMIM ANTÔNIO CORREA (40)	73
ALEXANDRINO BENEVENUTO CORREA (47)	73
ANTÔNIO FLORÊNCIO CORREA (50)	73
FELISMINO CORREA DE MENDONÇA (51)	73
JOÃO BATISTA DE CASTRO (03)	83*

DUARTE	
LUCAS ANTÔNIO DUARTE (38)	56
COMENDADOR FELICIANO COELHO DUARTE (44)	56
FERNANDES DE MIRANDA/MIRANDA	
JOSÉ FERNANDES DE MIRANDA (26, 07, 73)	56, 61, 73
JOAQUIM FERNANDES DE MIRANDA (28, 39, 04, 09)	56, 61, 73, 76
FRANCISCO JOAQUIM DE MIRANDA (34)	56
JOSÉ RIBEIRO DE MIRANDA (40)	56
MARTINIANO PEIXOTO DE MIRANDA (77-103)	56, 61
HENRIQUE GUILHERME FERNANDES (38)	61
JOSÉ JOAQUIM DE MIRANDA (100)	61
JOSÉ AYRES MONTEIRO DE MIRANDA LIMA (46)	64
HALFELD	
COMENDADOR HENRIQUE G. F. HALFELD (02, 13, 17)	56, 61, 64
Dr. PEDRO MARIA HALFELD (30, 102, 42)	56, 61, 64
ALTIVO SILVINO DE LIMA MELLO (85, 92, 06, 41-Genro do Comendador)	56, 61, 64, 68
MAJOR FRANCISCO MARIANO HALFELD (88, 30, 17)	56, 64, 73
FERNANDO FELICIANO HALFELD (89)	56
HENRIQUE HALFELD (31)	61
ANTÔNIO AMÁLIO HALFELD (56, 04, 28)	73, 76, 81
JÚLIO HALFELD (66)	73
GUILHERME JUSTINO HALFELD (68, 48)	73, 81
TEN. CEL. BERNARDO HALFELD (07, 05)	81, 87
FRANCISCO MARIANO HALFELD (35)	81
HORTA	
ANTÔNIO CAETANO OLIVEIRA HORTA (07, 83, 38)	56, 61, 81
CEL. JOSÉ CAETANO RODRIGUES HORTA (64, 18, 54, 18, 29)	56, 61, 64, 68, 73
JOSÉ CAETANO DE OLIVEIRA HORTA (51)	61
Dr. CAETANO ANTÔNIO RODRIGUES HORTA (59)	61
Dr. FELISBERTO SOARES DE G. HORTA (51, 60, 25)	64, 73, 76
ANTÔNIO CAETANO RODRIGUES HORTA (32)	73
LUIS EUGÊNIO HORTA BARBOZA (64, 32)	73, 81
EMÍLIO LUIS RODRIGUES HORTA (26)	81
LAGE	
DOMINGOS ANTÔNIO LAGE (19, 16, 22)	56, 61, 64
COMENDADOR MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE (69, 19)	56, 61
ILDEFONSO JUSTINIANO GONÇALVES LAGE (45, 15, 07)	61, 64, 73
Dr. ANTERO JOSÉ LAGE BARBOZA (01, 21, 51, 31, 01)	64, 68, 73, 76, 83*
CÂNDIDO PEDRO DA COSTA LAGE (38)	64
CAPITÃO MANUEL VIDAL BARBOZA LAGE (06, 18, 02)	68, 76, 81
Dr. LEANDRO DE BARBOZA DE CASTILHO (16, 13, 09)	68, 73, 76
JOSÉ GUILHERME MARIANO LAGE (52, 44)	76, 81
FRANCISCO ISIDORO BARBOZA LAGE (15)	87
MENDES RIBEIRO	
VIGÁRIO TIAGO MENDES RIBEIRO (50, 43, 77)	56, 61, 64
JOÃO PEDRO RIBEIRO MENDES (52, 69, 60, 17, 07)	64, 73, 76, 81, 83*
JOÃO RIBEIRO MENDES (11, 26, 24)	73, 76, 81
FRANCISCO DE ASSIS MENDES RIBEIRO (27)	81
MONTEIRO DA SILVA/MONTEIRO	
FELICÍSSIMO GOMES PINTO MONTEIRO (11)	56
ELIAS ANTÔNIO MONTEIRO (68)	56
MAJOR JOSÉ JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (91, 09, 25, 55, 57)	56, 61, 64, 68, 73
JOÃO JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (48)	61
FELICIANO GOMES PINTO MONTEIRO (94)	61
DOMICIANO F. MONTEIRO DA SILVA (29)	64

GERVÁZIO ANTÔNIO MONTEIRO DA SILVA (05)	76
JOSÉ JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (43)	76
MATEUS HERCULANO MONTEIRO DA SILVA (36, 03)	81, 87
NOGUEIRA PENIDO/NOGUEIRA	
Dr. JOÃO NOGUEIRA PENIDO (18, 02, 10, 26, 07, 03)	56, 61, 68, 73, 76, 81
JOÃO BENTO NOGUEIRA (62, 35, 19, 36)	56, 61, 64, 68
PACHECO	
ANTÔNIO MANUEL PACHECO (70, 93, 58)	56, 61, 64
JOSÉ MANOEL PACHECO (53, 03)	68, 73
SILVESTRE DINIZ PACHECO (85)	73
PAULA LIMA	
COMENDADOR FRANCISCO DE PAULA LIMA (10, 05)	56, 61
FRANCISCO DE PAULA LIMA Jr. (18, 03)	64, 76
JOSÉ CEZÁRIO DE MIRANDA LIMA (37)	76
RIBEIRO DE REZENDE/RIBEIRO	
TEN. CEL. JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (13, 24, 34)	56, 61, 64
VIRGILINO JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (76)	56
FRANCISCO JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (84, 12)	56, 61
ROMUALDO CÉSAR MONTEIRO DE MIRANDA RIBEIRO (49, 48, 03, 61, 02, 29)	61, 64, 68, 73, 76
FRANCISCO RIBEIRO DE ASSIS (31, 14)	64, 68
JOAQUIM VIDAL LEITE RIBEIRO (45, 42)	64, 68
GERALDO AUGUSTO DE RESENDE (07, 04)	68, 87
ANTÔNIO LUIS DE MIRANDA RIBEIRO (35, 59)	68, 73
DOMINGOS NERY RIBEIRO (60, 01, 34)	68, 73, 76
MANOEL DE ASSIS RIBEIRO (20)	73
JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE (65)	73
FRANCISCO EUGÊNIO DE REZENDE (04)	81
ROUSSIN	
CÓNEGO JOSÉ DE SOUZA SILVA ROUSSIN (11, 05, 11, 15)	61, 64, 68, 73
PADRE JOÃO BATISTA DE SOUZA ROUSSIN (30, 42, 05)	76, 81, 83*
TEIXEIRA DE CARVALHO/CARVALHO	
JOAQUIM PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO (11, 14, 19, 02)	61, 64, 68, 73
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO (22)	61
CARLOS TEIXEIRA DE CARVALHO HUNGRIA (29)	61
FORTUNATO ANTÔNIO DE CARVALHO (36)	61
EDUARDO TEIXEIRA DE CARVALHO HUNGRIA (110, 09)	61, 73
FRANCISCO PEDRO DE CARVALHO (70)	64
DAMASO JOSÉ BARROSO DE CARVALHO (71)	64
ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO (16, 09)	81, 87
TOSTES	
CAPTÃO ANTÔNIO DIAS TOSTES (21, 47, 39)	56, 61, 64
MANOEL DIAS TOSTES (38, 28)	56, 64
JOÃO RIBEIRO DE ASSIS TOSTES (99)	61
Dr. MARCELINO DE ASSIS TOSTES (04, 60, 21, 19, 14)	64, 68, 73, 81, 87
VALLE AMADO/CERQUEIRA LEITE/NOGUEIRA DA GAMA	
COMENDADOR MANUEL DO VALLE AMADO (01, 72)	56, 61
PADRE JOÃO MARCIANO CERQUEIRA LEITE (36, 57, 33)	56, 61, 64
FRANCISCO DO VALLE AMADO (54)	56
ERNESTO NOGUEIRA VELASCO DA GAMA (61, 50)	61, 81
ILDEFONSO DE CERQUEIRA LEITE (85)	61
MAXIMINIANO DE OLIVEIRA LEITE (87)	61
Dr. JOSÉ CALMON NOGUEIRA VELASCO DA GAMA (11, 62)	64, 68
Dr. ANTÔNIO JOAQUIM DE MIRANDA NOGUEIRA DA GAMA (23, 47, 39)	64, 73, 76

ALBINO DE CERQUEIRA LEITE (37)	64
JOSÉ MARIA DE CERQUEIRA VALLE (43, 58, 12)	64, 68, 73
BRUNO NOGUEIRA DA GAMA (67)	64
INÁCIO ERNESTO NOGUEIRA DA GAMA (34, 13, 52)	73, 76, 81
INÁCIO ERNESTO VELASCO DA GAMA (39, 53)	68, 81
ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA LEITE (38)	73
JOSÉ DE CERQUEIRA DE CARNEIRO (82)	73
PEDRO ALCÂNTARA DE CERQUEIRA LEITE (06)	81
<hr/>	
VELLOSO	
TEN. MANOEL FERREIRA DA SILVA VELLOSO (45,17,20,19,08,51)	56,61,68,73,76,81
MAURO FRANCISCO VELLOSO (95)	56
MANOEL FERREIRA DA SILVA VELLOSO Jr. (54)	68
MÁRIO FERREIRA DA SILVA VELLOSO (21)	64

* As eleições de 1883 e 1887 sofreram alterações em virtude da Reforma Eleitoral

FONTE: ARQUIVO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO

Livro de Apuração das Atas de Eleições 112/026

Através dos dados da tabela acima, foi-nos possível mapear a luta por parte de várias famílias pela política local. Se levarmos em consideração as ligações existentes entre elas, ficará mais do que evidente que era uma das formas como o poder político foi exercido na localidade. Ou seja, um poder que não ficava restrito somente à Câmara Municipal, mas que também se materializava institucionalmente, através do voto. Um espaço fechado à presença de estranhos como o Comendador Mariano Procópio que, embora tivesse parentesco, na cidade, com os Lage e os Halfeld, não mantinha uma relação devidamente amistosa tendo-se em vista os problemas de herança já citados anteriormente. Um estranho nos círculos familiares e nas propostas de desenvolvimento para a localidade.³³

Concluindo, após todas as nossas pesquisas, os dados aqui expostos neste artigo levaram-nos a confirmar a tendência historiográfica ao mostrarem a importância que a parentela assumiu no âmbito político e esclareceram, ao nível local, as relações parentescas na Câmara Municipal no período de 1853 a 1889. A importância dos ancestrais e da tradição que representavam era um fator apreciado na escolha dos “homens bons” que estariam aptos a entrar nas câmaras municipais, servindo de parâmetro e de referência, apesar das mudanças efetuadas ao longo da primeira metade do século XIX com relação à autonomia do poder local.³⁴ A família se tornava um requisito importante, embora não fosse o único, para se conseguir um agraciamento como um título de nobreza ou uma comenda. Era uma posição também confirmada através dos cargos públicos ocupados e

³³ Ibidem.

³⁴ O Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage construiu a Estrada de Rodagem União e Indústria, cuja inauguração contou com a presença do Imperador D. Pedro II na cidade por cinco dias. Além disso, foi eleito deputado provincial e diretor da Ferrovia D. Pedro II. Sobre o Comendador Mariano Procópio e as rixas políticas com a Câmara Municipal ver GENOVEZ, P. op. cit.

dos serviços prestados na localidade, além da relevância que se dava aos parentes que já possuíam algum título de nobreza ou patente da Guarda Nacional. Uma herança do Estado português que necessitava do poder privado, permitindo influência das relações familiares para manter uns aos outros sob vigilância.³⁵

Fazer parte da Câmara significava, pois, o reconhecimento público de que se participava do grupo dos “melhores”. A identificação era facilitada pela prática dos nomes repetidos. A linha feminina geralmente adotava o nome das avós maternas, dando aos filhos os nomes dos ascendentes paternos. Isso demonstra que, tanto pela linhagem materna quanto pela paterna era possível evidenciar o poder político ou econômico.³⁶

O fato é que a possibilidade de relacionar a história da família com a história política nos permitiu perceber que a Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Paraibuna era, na verdade, uma *Câmara de Compadres* onde se formaram grupos tradicionais atraindo, para sua órbita famílias influentes da localidade. Foi assim que aconteceu entre os Tostes, compadres dos Halfeld, compadres do Coronel Rezende, compadre dos Teixeira de Carvalho. Ou, como ocorreu com o Comendador Paula Lima, compadre de Romualdo Miranda Ribeiro, do doutor Penido que era compadre do coronel Francisco Ribeiro de Assis, que era compadre...e por aí vai.

35 MELLO, E. C. *Nome e o sangue*. São Paulo : Cia. das Letras, 1989. Nesse trabalho Evaldo Cabral mostra a importância da genealogia, da descendência, da parentela para a conquista de uma comenda da Ordem do cavaleiro de Nosso Senhor Jesus Cristo. Mostra o quanto a família era importante e a desonra que significava para toda a parentela ter negada a comenda.

36 MATTOSO, K. op. cit., p. 229.